



Dimensões política e ética da competência em informação na representação estudantil em centros acadêmicos

Political and ethical dimensions of information literacy in student representation
in academic centers

Ana Maria Mendes Miranda

Doutoranda em Ciência da Informação na
Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL).
anamirandamm@gmail.com

Larissa Moraes Martins

Graduanda em Biblioteconomia da
Universidade Estadual de Londrina (UEL).
larissa.moraes.martins@uel.br

Adriana Rosecler Alcará

Doutora em Psicologia pela Universidade São
Francisco (USF). Professora no curso de
Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Universidade Estadual
de Londrina (UEL). adrianaalcara@gmail.com

RESUMO

O estudo tem o objetivo de investigar as dimensões ética e política da competência em informação dos representantes de centros acadêmicos em uma instituição pública do Paraná, a partir da seleção, avaliação e compartilhamento da informação por eles adotados. Quanto à metodologia, realizou-se uma pesquisa de campo, exploratória e descritiva e com abordagem qualitativa. Para tal, a coleta de dados se deu por meio da técnica de entrevista, do tipo estruturada, com representantes de cinco centros acadêmicos de uma universidade pública da região sul do Brasil. Entre os principais resultados foi possível identificar as fontes de informação mais utilizadas, como avaliam essas fontes e os critérios de análise política e aspectos éticos da informação considerados pelos participantes da pesquisa. Consequentemente, foi possível refletir sobre a relevância das dimensões ética e política na atuação dos centros acadêmicos e como estas podem contribuir no desenvolvimento da classe estudantil em suas lutas de formas coletivas e individuais.

Palavras-chave: Dimensões da competência em informação; Movimento estudantil; Centros acadêmicos; Habilidades informacionais.

ABSTRACT

The study aims to investigate the ethical and political dimensions of information literacy of representatives of academic centers in a public institution in Paraná, based on the selection, evaluation and sharing of information adopted by them. As for the methodology, an exploratory and descriptive field research was carried out, with a qualitative approach. To this end, the data collection was carried out using the structured interview technique, with representatives from five academic centers of a public university in the southern region of Brazil. Among the main results, it was possible to identify

the most used sources of information, how they evaluate these sources and the criteria for political analysis and ethical aspects of the information considered by the research participants. Consequently, it was possible to reflect on the relevance of the ethical and political dimensions in the performance of academic centers and how they can contribute to the development of the student class in their struggles in collective and individual ways.

Keywords: Dimensions of information literacy; student activism; Academic centers; Informational skills.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem se dinamizado continuamente, conforme surgem novos meios para produzir e consumir informação. As evoluções tecnológicas e a mudança na forma de vida da população, tornaram o acesso à informação muito mais rápido. Esse contexto pode facilitar e democratizar o acesso à informação, entretanto, para que os sujeitos possam de fato utilizar as informações disponíveis em toda a sua potencialidade, é necessário que estes desenvolvam habilidades da competência em informação que permitam buscar, localizar, avaliar e utilizar informação de forma crítica, ética e reflexiva.

Essas habilidades que auxiliam no processo de busca e uso da informação devem ser desenvolvidas pelos indivíduos desde muito cedo, já que são essenciais para suas atividades do meio acadêmico, do trabalho e do cotidiano. Pode-se ainda, inserir o contexto político e social, cuja demanda de informação exige tais habilidades informacionais, que contribuam para que o indivíduo reconheça seu papel na sociedade e utilize informação de maneira crítica para modificar o meio no qual se encontra. Assim, é possível conjecturar que as habilidades informacionais são essenciais para os estudantes, tanto relacionado ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, como também como protagonistas de movimentos sociais dentro das escolas e universidades.

Reflete-se que aqueles que não tiverem suas habilidades informacionais desenvolvidas podem ficar distanciados das decisões sociais, nesse tocante vale lembrar que a competência em informação não deve apenas atender a uma necessidade de instrumentalização do mercado ou a potencialização de trabalhadores para desenvolver suas funções, mas primordialmente, atender as necessidades de cidadania em determinado marco democrático (CUEVAS-CERVERO; MARQUES; PAIXÃO, 2014).

Para tanto, além das habilidades operacionais e da capacidade de fazer dos indivíduos, é necessária uma competência que perpassa aspectos relacionados à forma de agir, a proatividade, a criatividade e a responsabilidade social. Questões essas que extrapolam as questões técnicas, relacionando-se à potencialidade social da informação.

Para Oliveira e Souza (2018) uma competência em informação sob a perspectiva de crítica, deve compreender as problemáticas a partir da concepção social dos sujeitos, e estar consciente de que as habilidades informacionais não podem se converter em fatores excludentes ao desconsiderar a importância da informação para atuação dos sujeitos em suas realidades locais.

Quanto ao movimento da informação no contexto social, Marteleto (2001, p. [3]) salienta que tanto a informação quanto os significados relacionados às questões sociais, apresentam-se como “[...] intervenção de transformação no dado da realidade vivida pela população. Ou ainda de apropriação e interpretação sucessivas dos sentidos oficiais já atribuídos à realidade das coisas e das pessoas pela mídia, pelo Estado, pelo mercado.” Dessa forma, a autora argumenta que as redes de informação nos movimentos sociais, apresentam-se como base e significação às estratégias de ação e direção em tais movimentos. Cabe reforçar que a Ciência da Informação, tem como papel relevante dar conta do que as “[...] diferentes disciplinas, atividades e atores sociais constroem, significam e reconhecem como informação” (GONZÁLEZ DE GOMES, 2000, p. 11) em uma sociedade em que a informação ocupa um lugar em todas as atividades sociais e tem influência nas condições econômicas e culturais dos sujeitos.

Nesse contexto, Doyle (2017) analisou o desenvolvimento da competência crítica em informação no processo de ocupação das escolas do Rio de Janeiro, e considera essencial que na sociedade contemporânea marcada pelas mudanças de comportamento frente à informação, a Ciência da Informação se coloque no papel central do debate sobre os hábitos de busca e consumo relacionados à informação, considerando a relevância da informação nos contextos sociais e políticos.

Levando em conta tais apontamentos, reflete-se sobre a relevância do movimento estudantil como um movimento social e a influência da informação na concepção de lideranças e estratégias dentro de tais movimentos. Ressalta-se, então, a importância de reconhecer as habilidades informacionais desenvolvidas em contextos não tradicionais de informação. Considerando os debates, ainda iniciais, no que refere-se às contribuições da competência em informação aos movimentos de estudantes, sejam eles, secundaristas ou universitários, este trabalho, de caráter exploratório e inicial, pretende traçar possíveis contribuições das dimensões política e ética da competência em informação para a organização em centros e diretórios acadêmicos.

Compreende-se que as dimensões não se desenvolvem isoladamente, mas se apresentam em uma relação consubstancial, porém evidencia-se no contexto da representação estudantil a importância dos aspectos éticos e políticos que envolvem a descoberta, avaliação, seleção, apropriação e compartilhamento de informações. Tendo o exposto, o objetivo desta pesquisa foi investigar as dimensões ética e política da competência em informação dos representantes de centros acadêmicos em uma instituição pública do Paraná, a partir dos critérios de seleção, avaliação e compartilhamento da informação por eles adotados.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL

A competência em informação é uma área de estudos no âmbito da Ciência da Informação e se refere ao conjunto de habilidades exigidas aos indivíduos para que estes possam buscar e utilizar informações de forma plena para realização de suas atividades. De acordo com Gasque (2013) a competência em informação é a “[...] capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação.” (GASQUE, 2013, p. 5). Tais conhecimentos que o indivíduo necessita mobilizar, podem ser de ordem atitudinal, operacional, cognitiva e comunicacional, sendo que esses devem se relacionar de maneira a tornar o indivíduo capacitado para buscar, avaliar, utilizar a informação, ética e criticamente, para atender sua necessidade informacional. Borges e Silva (2006) apontam também que “É por meio do intercâmbio informacional que os sujeitos sociais se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres.” Os cidadãos mais aptos a usar informações têm, também, condições melhores de participar politicamente da sociedade com maior consciência e responsabilidade.

Nesse sentido, Belluzzo (2005, p. 43) apresenta a competência em informação como sendo composta de dois aspectos distintos:

[...] um domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas que permite a intervenção prática na realidade, e a segunda, uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas que emergem e caracterizam o atual contexto social.

Sobre tal visão crítica e intervenção sobre a realidade, Dudziak (2011, p. 178) discorre que a capacidade de estabelecer “[...] relações (internas e externas), aprender por meio do diálogo, intercompreensão, da ação comunicativa e intersubjetiva formam a base

da competência em informação que visa a emancipação.” Sobre essa emancipação, a autora aponta que a superação do sujeito individual só é possível através do diálogo, sendo nesse que se alcança o processo de aprendizagem e da competência em informação, que considera para além das habilidades, a atuação crítica relacionada aos princípios de equidade e justiça social.

Nesse aspecto, Schneider (2019, p. 80) apresenta que a competência crítica em informação relaciona-se “[...] a faculdade sociocognitiva que orienta nossa atenção e seleção informacionais, com base no conhecimento acurado e auto reflexivo de nossas próprias demandas [...]”. Por conseguinte, o processo crítico e reflexivo somado ao conhecimento humanista, compõem a base das ações dos sujeitos para as mudanças sociais e emancipação coletiva. Na perspectiva de Paulo Freire (1996), esta emancipação está ligada a se apropriar, pronunciar e protagonizar o mundo pelas vivências adquiridas no cotidiano, gerando uma compreensão problematizadora do saber com a intenção de agir no mundo. É a partir desta consciência do indivíduo que se tem a mudança na sociedade, na qual o mesmo opera com consciência da individualidade e do todo do qual faz parte (DUDZIAK, 2011).

Reflete-se que a competência em informação, quando adquire uma perspectiva crítica

[...] deve ser mais amplamente entendida como uma “arte” que vai desde saber como usar os computadores e acessar a informação até a reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico, o que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação que recebemos cotidianamente. (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 138)

A competência em informação adquire assim, uma visão holística que compreende a informação e suas inter-relações e como este contexto influencia e é influenciado pelas ações e percepções do sujeito.

Buscando apresentar todas as extensões da competência em informação, Vitorino e Piantola (2011) esquematizaram quatro dimensões que refletem as diversas perspectivas de competência em informação como parte do processo de emancipação dos sujeitos, de domínio das ferramentas, de uso ético da informação, entre outros fatores. Para tal, as autoras apresentam uma proposta de, através de subsídios teóricos e filosóficos, refletir sobre as dimensões que revestem a competência em informação. Para

as autoras, a competência possui quatro dimensões que se desdobram para formar habilidades específicas e que ao mesmo tempo se complementam em um todo. As quatro dimensões são: dimensão técnica, dimensão estética, dimensão ética e dimensão política.

A dimensão técnica é a habilidade solicitada para realização de uma ação ou ofício, esta é considerada um conhecimento eminentemente prático, com um caráter objetivo que se concilia à própria ação cotidiana. No contexto informacional, essa habilidade refletiria no domínio de ferramentas de busca e das TIC, por se constituir de atividades mais evidentes ao processo de busca e uso da informação. Essa dimensão tem aparecido com mais frequência nas definições sobre competência em informação, porém, Vitorino e Piantola (2011, p. 102) defendem que “[...] essas ações não devem existir por si mesmas, mas sim derivar de determinadas motivações e contextos particulares, gerando uma série de consequências éticas e sociopolíticas.” Dessa forma, vale reforçar que apenas o domínio das operações não resultaria em sujeitos competentes em informação, é necessário que estes também desenvolvam as demais dimensões de maneira a utilizar a informação em todas as suas potencialidades.

A dimensão estética da competência em informação não se relaciona apenas com o conceito de beleza atribuído à palavra, mas envolve a dimensão sensível e criativa, que busca atingir ideais de harmonia e bem viver. Para Vitorino e Piantola (2011, p. 103) “A experiência estética está presente em todos os aspectos da vida humana, constituindo-se como fator fundamental na construção da subjetividade e determinante do próprio caráter do homem.” Para as autoras, quando o sujeito cria relações mentais para responder determinada informação, este traz ao consciente fatores inconscientes, fatores pessoais não compartilhados pelos demais indivíduos. Assim, a dimensão estética se revela na reflexão sobre a informação encontrada, sobre o tema ou assunto pesquisado, no exame das partes e na composição do todo, considerando o contexto e relacionando com outros conhecimentos.

De acordo com as autoras, a dimensão ética, refere-se ao caráter crítico frente a informação, que permite ao indivíduo tomar posição, fazer uma análise de valor em uma situação. Também se configura na relação do indivíduo com a coletividade, pois requer princípios particulares, que refletem sobre ações individuais, de maneira que estas não causem danos aos demais. Desse modo, a ética informacional perpassa a sua utilização de maneira responsável, voltada para o bem comum. (VITORINO; PIANTOLA, 2011). Essa dimensão tem especial importância no contexto atual, marcado pela desinformação e *fake*

news, no qual é necessário um cuidado ainda maior com questões éticas na busca e comunicação de informações fidedignas.

Para González de Gómez (2010) o debate ético relacionado a informação deve considerar que esta pode estar submetida aos mecanismos mercadológicos de valorização capitalista, que reverbera na produção e apropriação de informações, podendo influenciar o desenvolvimento de metas de bem estar social e de justiça social. Desta forma, tais debates devem perpassar questões de privacidade, confidencialidade, movimentos de código aberto, censura, entre outros. Em síntese, Pellegrini e Vitorino (2018) argumentam que a dimensão ética da competência em informação refere-se aos aspectos éticos que regem o uso da informação em cada comunidade de aprendizagem e nos princípios de respeito, justiça, solidariedade e compromisso com o bem coletivo, sendo assim esta dimensão exige uma atuação crítica e um julgamento de valor frente à informação.

A dimensão política relaciona-se à informação para uma cidadania ativa e responsável, a qual necessita de pessoas “[...] aptas e motivadas para exercer seus direitos e deveres em relação à comunidade e ao Estado, participando assim da vida pública.” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 107). Nesse sentido, a dimensão política da competência exige dos sujeitos o protagonismo diante de sua própria história, com a disposição para modificar as relações sociais, de fazer suas próprias escolhas e tomar decisões individuais como parte do coletivo. Nessa perspectiva, ainda se menciona que a dimensão política está relacionada ao questionamento de modelos preestabelecidos, que abrangem o questionamento além do que está posto.

Para De Lucca (2019, p. 72) a dimensão política da competência em informação compreende aspectos como o reconhecimento da informação para orientação da atuação durante a vida, a procura de interações sociais que permitam solucionar necessidades informacionais, a obtenção de liberdade e autonomia com base na práxis informacional, compartilhamento de informação e de experiências com pessoas do mesmo contexto social, a apropriação da informação para sensibilização de direitos e deveres, e a construção da cidadania de forma coletiva e participativa, entre outras. A autora argumenta que uma dimensão política da competência em informação volta-se para uma atuação cidadã, criativa e consciente por parte dos sujeitos, essa atuação está relacionada com a capacidade do indivíduo de agir de maneira participativa no contexto político-social que está inserido.

Argumenta-se nesse contexto que a competência em informação pode colaborar para a reflexão em torno das relações estabelecidas na sociedade, assim como, tais reflexões podem ser utilizadas na concepção e aplicação de políticas públicas, pesquisas científicas e projetos sociais, visando reduzir as barreiras informacionais interpostas a tais sujeitos (RIGHETTO; VITORINO; MURIEL-TORRADO, 2018). Pode-se, então, considerar que a competência em informação está bastante relacionada às ações políticas e sociais, se tornando essencial para que os sujeitos possam utilizar a informação como insumo para suas reivindicações e pautas, sendo que, as dimensões supracitadas podem auxiliar não apenas em aspectos relacionados à busca e seleção destas informações, mas ao seu uso e aplicação na luta por direitos, como saúde, transporte e educação.

Desse modo, vale salientar a importância dos jovens em sua atuação social e política, tanto por meio de coletivos, quanto em movimento estudantil e suas pautas relacionadas à educação e à liberdade. Face a isso, evidencia-se a relevância, que tende a contribuir para a construção e fortalecimento do processo crítico e reflexivo dos estudantes nas ações do movimento estudantil.

3 DO PROCESSO EDUCACIONAL À AÇÃO DIRETA: MARCOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Movimento estudantil pode ser definido como um movimento social, onde a liderança e o protagonismo são dos próprios estudantes, com o objetivo de realizar mudanças em diversas áreas da sociedade, geralmente com pautas focadas na educação, mas muitas vezes extrapolando para questões políticas, ambientais, econômicas ou sociais (FLETCHER; VARVUS, 2006). Em relação ao histórico do movimento estudantil no Brasil, vale enfatizar que o mesmo surgiu oficialmente a partir do governo de Getúlio Vargas, em 1930, período em que ocorreram as primeiras reformas educacionais. Entretanto, os estudantes já discutiam nessa época formas de organização no país, antes mesmo da criação das primeiras universidades. Apesar de tais discussões, foi apenas em 1937 que a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fundada, com a intenção de representação política institucionalizada dos estudantes no país (FERRARO, 2011).

Para tanto, de acordo com Ferraro (2011), entre as diversas mudanças protagonizadas pelo movimento estudantil destacam-se dois documentos que marcam a atuação dos estudantes em suas reivindicações e pautas. Tais documentos são a

Declaração da Bahia e a Carta do Paraná, ambos publicados em 1960, com pautas como, a reforma universitária, maior participação na gestão das universidades, apontando as condições de ingresso nestas instituições de ensino superior, na elitização das universidades brasileiras, entre outros fatores relativos à educação naquela conjuntura.

É possível destacar também as recentes greves na área da Educação, ocorridas em 2015 e 2016, onde o movimento estudantil voltou a protagonizar lutas que iam desde o posicionamento contra a PEC 241 de congelamento dos gastos do governo Federal, à reforma do Ensino Médio (Medida Provisória nº 746/2016, atual Lei nº 13.415) (BRASIL, 2016 a e b; 2017), assim como pautas locais, como reorganização das escolas estaduais em São Paulo, os cortes de recursos pelo governo do estado no Paraná. Tal soma de fatores fez eclodir um movimento de ocupação pelos secundaristas, que são seguidos pelos universitários causando uma paralisação na área da educação e mostrando sua potencialidade em tempos de crise (MARTINS, 2018).

Ainda que de forma geral as pautas principais das mobilizações estudantis em 2015 e 2016 não tenham sido atendidas (PEC 241 e Lei nº 13.415) é possível perceber um ganho significativo no fazer político de tal geração. Para Martins (2018, p. 155)

[...] as ocupações no Paraná, produzidas em uma determinada materialidade histórica e social e não tomadas isoladamente, mas articuladas ao conjunto de ocupações de jovens das classes populares que vêm ocorrendo no Brasil e na América Latina, apresentam sinais históricos e contra-hegemônicos que não podem ser desconsiderados por aqueles que ainda acreditam nas possibilidades de mudanças sociais.

Considerando os apontamentos feitos por Martins (2018), percebe-se que ações tomadas pelo movimento estudantil têm partido de uma análise contextual, que tem como finalidade desestabilizar determinados paradigmas que visam a manutenção de certas ordens sociais. Nesse sentido, vale-se de uma análise da competência em informação, assim como seu uso no contexto dessas atividades, considerando as ações tomadas pelos estudantes e como eles têm utilizado a informação neste contexto. Para tal, conforme já mencionado na introdução, julga-se relevante refletir sobre as habilidades informacionais dos representantes de Centros Acadêmicos, considerados protagonistas sociais no movimento estudantil.

Os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos podem ser definidos como entidades que reúnem os estudantes de um determinado curso ou de um departamento

de uma universidade, para representar interesses, ideias, solucionar problemas e reivindicar os direitos dos estudantes. (UNE, 2018). Atualmente no Brasil a composição de instâncias de representação estudantil é garantida pela Lei Federal Nº 7.395/1985 (BRASIL, 1985), a qual dispõe sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE), Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE's), Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE's), Diretórios Acadêmicos (DA's) e Centros Acadêmicos (CA's). Segundo a referida lei esses órgãos possuem liberdade para estabelecer suas atividades através de estatutos próprios e eleger seus representantes através de assembleias e congressos estudantis.

Apesar da representação que instituições como a UNE, DCE's e Ca's realizam ser garantida por lei, e, portanto, embasar diversos posicionamentos do Movimento Estudantil, Mesquita (2003) salienta que o movimento estudantil não se limita às organizações estudantis e formais, mas se manifesta através de movimentos sociais variados. Sucupira e García Delgado (2020, p. 236) argumentam que a variedade de atuação na luta estudantil só é possível a partir do diálogo com os distintos movimentos sociais, variadas experiências acadêmicas e não acadêmicas, diferentes ideologias, vivências político-culturais e interações sociais.

Nesse sentido, pode-se refletir que apesar das organizações estudantis serem representativas nos contextos acadêmicos e sociais, o movimento estudantil, os centros acadêmicos e os diretórios acadêmicos são compostos por uma pluralidade de matrizes teóricas, pensamentos e pautas. Esses fatores precisam ser constantemente adaptados ao contexto social e tais pautas mediadas de maneira consensual aos integrantes de tal movimento. Ainda referente a esta pluralidade, destaca-se a importância de se ter informações que auxiliem nas tomadas de decisões políticas, que embasem debates e permitam uma atuação social mais ética e consciente, não apenas nas instituições de ensino, mas na própria sociedade. A seguir apresentam-se os procedimentos metodológicos, seguidos dos resultados da pesquisa de campo realizada com uma amostra de representantes de centros acadêmicos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à metodologia, realizou-se uma pesquisa de campo, exploratória e descritiva e com abordagem qualitativa. Para tal, a coleta de dados se deu por meio da técnica de entrevista, do tipo estruturada, com representantes de cinco centros

acadêmicos de uma universidade pública da região sul do Brasil. A seleção da amostra foi intencional, procurando-se escolher representantes de diferentes áreas do conhecimento das quais os centros ou diretórios acadêmicos pertenciam, assim como sua disponibilidade em participar do estudo. Nesse sentido, foram participantes da pesquisa cinco estudantes, que na ocasião da coleta de dados, compunham a diretoria de centros acadêmicos da universidade em que a pesquisa foi realizada.

No que se refere aos procedimentos para a coleta de dados, um primeiro contato foi realizado via e-mail, buscando conhecer os melhores horários e datas para as entrevistas, que ocorreram individualmente. Posteriormente, as entrevistas se deram de acordo com horários agendados, sendo que todos os estudantes contatados se dispuseram a participar. Durante a entrevista foi apresentada aos participantes uma definição de competência em informação e suas quatro dimensões para que os mesmos tivessem mais subsídios para a interação e reflexão em relação às questões da entrevista. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), o qual garantia que os dados coletados seriam utilizados estritamente para fins acadêmicos.

Quanto ao roteiro estruturado da entrevista, constitui-se de perguntas relativas aos processos de busca e uso da informação durante sua participação no movimento estudantil. As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização dos participantes e posteriormente transcritas de forma que se pudesse indicar os trechos mais relevantes para análise dos dados, seguindo-se os objetivos da pesquisa. Tais trechos foram organizados, agrupados por categorias voltadas aos aspectos relacionados à seleção, avaliação e compartilhamento da informação e serão apresentados, juntamente com as análises na seção a seguir. Ressalta-se que para preservar sua identidade, os participantes estão inseridos no texto com A, B, C, D e E.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme mencionado, foram contatados cinco estudantes para participar das entrevistas, todos integrantes de diferentes centros ou diretórios acadêmicos de quatro áreas do conhecimento, a saber Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Ciências Agrárias. Dos entrevistados três eram do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idades entre dezoito e vinte cinco anos, e já participavam do movimento estudantil ou do centro acadêmico há mais de um ano.

Inicialmente buscou-se entender qual a importância da informação dentro do movimento estudantil. Em relação a isso, todos os participantes enfatizaram ser de extrema importância no desenvolvimento das atividades. O Participante B relatou que a informação “[...] é um pré-requisito para a formação da criticidade e da autonomia, e para conseguir entender os contextos e como estes contextos influenciam ou não nos estudantes como uma classe.” Nessa mesma perspectiva, o Participante C reforçou que a informação permite conhecer a situação da universidade, e sua relação com a sociedade, já que esta não se encontra separada, mas responde às demandas externas, e reflete aspectos da política nacional.

Sobre a fala dos estudantes, cabe mencionar que Borges e Olinto (2017, p. [15]) argumentam que a competência crítica em informação pode se apresentar como categoria de análise ético-política que assume função social “[...] na medida em que direcionada a formação crítica de indivíduos tendo por base o acesso, uso e apropriação da informação.”

Em relação às fontes de informação utilizadas, os participantes responderam que se utilizam da internet para obter informações que são necessárias à sua atuação no movimento estudantil, evidenciando jornais, bases de dados e sites governamentais. O Participante D também relatou que se utiliza das informações discutidas nos conselhos superiores da universidade, pois acredita que existe uma autoridade capacitada por trás de tais informações. Tal participante ainda mencionou que ao discutir informações com os estudantes do seu curso, busca uma fundamentação científica e legal que também possa auxiliar nas discussões sobre a temática no âmbito do movimento estudantil.

Tais relatos reforçam o indicado por Sucupira e García Delgado (2020, p. 236), quando falam sobre como as tecnologias digitais, entre elas “[...] sites, redes sociais e diferentes mídias de interação e disseminação de informações”, representam parte considerável das fontes de informação utilizadas dentro do movimento estudantil. Cabe mencionar, no que refere-se aos dados levantados por Doyle (2017) em sua pesquisa com o movimento estudantil secundarista, que apesar de utilizarem de mídias tradicionais para se informar, os estudantes costumam buscar também fontes de informação contra hegemônicas, que possam mostrar perspectivas distintas de uma mesma informação. Toledo (2015) ao abordar sobre a preocupação da população com apuração e acuidade das informações, aponta que normalmente são consideradas aquelas informações distribuídas pelos conglomerados de comunicação, pois estas fontes são as que normalmente possuem a legitimação, definida pelo conjunto social.

Nesse sentido, González de Gómez (2010, p. 157) indica que a investigação ética da informação passa por “[...] indagar as possíveis distorções comunicativo-informacionais que afetam tanto a realização de metas de uma vida boa, como de justiça social, a partir de nossas comunidades e de sua inserção nas formas globais da cultura, a economia e a política.”

Relativo à avaliação das fontes de informação, os estudantes mencionaram que analisam a fonte que está veiculando a notícia, se ela é confiável, assim como citaram que buscam informações em diferentes fontes de informação e as comparam. Complementar a isso, o participante B, relatou que procura ver se a fonte é referente às informações que necessita, na tentativa de encontrar informações de fontes especializadas nos temas demandados. Já o participante C enfatizou que procura discutir com os integrantes do centro acadêmico se aquelas informações são adequadas às necessidades do movimento estudantil e as avalia em conjunto com os demais estudantes. O participante A afirmou que analisa os comentários das publicações nas redes sociais, pois segundo ele, os comentários podem dar “[...] indícios de que aquela informação está tendenciosa.”

A partir das respostas dos participantes, pode-se considerar que estes tem utilizado algumas estratégias para a avaliação das fontes de informação, que convergem com a descrição realizada por Spudeit *et al.* (2017), em que destaca que a avaliação é uma atividade que se pauta em critérios, como veracidade, credibilidade, confiabilidade, qualidade e autoridade das informações recuperadas. De tal forma, percebe-se por parte dos representantes de centros acadêmicos, uma preocupação em relação às informações por eles recuperadas, entretanto, nem todos mencionaram os critérios apontados pela autora.

Essa preocupação com a qualidade e credibilidade da informação é um dos requisitos que integra o conjunto de ações para a competência em informação. Nesse sentido, a *Association of College and Research Libraries* (ACRL, 2016) propõe que a compreensão dos conceitos de credibilidade e autoridade são essenciais para que os sujeitos possam examinar as informações, propondo questões relevantes sobre sua origem, contexto e pertinência, assim o indivíduo consegue respeitar as autoridades que publicaram a informação, mas ao mesmo tempo deve se manter cético sobre o sistema que exalta tais autoridades, sem questioná-las.

Os entrevistados foram questionados sobre os critérios de análise política utilizados por eles dentro dos centros acadêmicos para seleção e compartilhamento de

informações. Nesse contexto, o participante A mencionou que analisa palavras-chave do texto que podem indicar fatores políticos referentes a essa informação. Já o participante B, descreveu que tenta “[...] *saber quem escreveu aquela informação, ou qual instituição, ou quais são as ideologias que regem a autoria daquela informação*”.

Nessa mesma direção, o participante C complementou que procura identificar “[...] *quais as intenções de quem está informando, quem responde por esse conteúdo, por que muitas vezes, a mídia, tem a quem responder. Ela tem interesses políticos e dependendo de onde vem a gente pode ter uma noção*.” Vale refletir sobre a fala do participante C, que vem ao encontro da proposição de Brisola e Romeiro (2018, p. [4]), quando enfatizam que “[...] os poderes se amalgamam – o poder econômico e o estatal se unem ao poder das mídias e propagadores de informação em prol de um sistema que programa cérebros para aceitar o modelo hegemônico, apresentando e reforçando o modelo de vida vigente.”

Muito próximo das respostas apresentadas pelos demais participantes, o entrevistado D colocou que analisa a fonte de informação procurando “[...] *interpretar sua mensagem, [pois] politicamente não existe neutralidade, então tudo tem que ser questionado, toda informação que tenho acesso, vejo como uma parcela de verdade selecionada*.” Complementar a isso, o participante mencionou que faz uma análise do texto, realizando perguntas que ajudem a decifrar suas intencionalidades¹. Ainda em relação ao teor político das informações, o participante B, relatou que tenta notar se a informação é parcial, se ela respeita ou tenta quebrar um paradigma social. Enfatizou que reflete se a informação segue uma estrutura, se busca beneficiar ou prejudicar determinado grupo, ou se ela dissemina determinadas ideias que podem impactar em grupos sociais específicos, não nas condições da maioria.

Vale salientar dois pontos nas respostas apresentadas pelos estudantes entrevistados. Primeiramente, destaca-se que a maioria apresentou formas pessoais de analisar uma informação e sua intencionalidade, se mostrando crítico no sentido de entender a dimensão política dessas informações e sua possibilidade de afetar os estudantes. Isso se encaixa com o apresentado por Sucupira e García Delgado (2020, p. 236) sobre como as investigações dentro dos movimentos estudantis passam “[...] pela compreensão das diferentes linguagens que os sujeitos utilizam para comunicar, difundir

¹ “[...] quem te fez? Por que te fez? Para quem você foi feito? Qual sua ideia principal? Quando você foi feito? Quais os conceitos que você mais utiliza? E porquê? Esses conceitos são corretos ou podem ser substituídos por outros? O que você não fala? E porquê?”

e informar as práticas e vivências.” Outro fator, passível de evidência, é a preocupação em discutir com os demais estudantes, sendo que as considerações tomadas em grupo se mostram relevantes para o parecer individual sobre a informação.

Sobre o papel da reflexão crítica para a competência em informação, Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014) observam que pode-se considerar que este é um processo, cujo o objetivo é que o sujeito desenvolva habilidades no sentido de pensamento crítico e analítico, relacionadas à questão da informação. Cabe mencionar que para Oliveira e Souza (2018, p. 5) uma perspectiva crítica da competência em informação é essencial pois, “[...] o acesso à informação desvinculado de um estado crítico-analítico é mero acúmulo de dados, irrelevante para desencadear processos com potencial de transformação social e atuação consciente dos sujeitos nas práticas informacionais.”

Já referente aos aspectos éticos da informação, o participante A procura comparar várias fontes para ver se não estão ocultando alguma informação. Já o participante B relatou que tenta perceber “[...] se a informação respeita ou não os direitos humanos, principalmente se ela tenta ou não beneficiar um determinado grupo, com base em crenças religiosas, ou sociais, ou qualquer coisa assim, e se respeita o meio ambiente, se respeita os ecossistemas, e todas as formas de vida”

Na fala do estudante B é possível perceber uma preocupação que vai além da informação em si, levando em conta a forma como ela atinge outras comunidades e até outros seres vivos. Tal perspectiva, vem ao encontro de Capurro (2010), que considera que uma concepção ética precisa refletir sobre a informação de maneira universal, sem deixar de lado a singularidade das formas de vida e das questões históricas e geográficas. “Como reflexão crítica, tem que problematizar, por exemplo, aspectos de justiça, participação política e social e proteção do meio ambiente.” (CAPURRO, 2010, p. 14, tradução nossa).

Vitorino e Piantola (2011) advogam que a dimensão ética não se trata de bem ou mal, mas da relação de tais indivíduos com a coletividade, de forma que a ética permeia esse processo de estar preocupado com impactos mais amplos das informações e não apenas o impacto na comunidade da qual é parte. Compreende-se assim, que a dimensão ética da competência em informação está diretamente relacionada “[...] com saber dosar a informação e a comunicação e, ao mesmo tempo, equilibrar valores conflitantes, de forma que os resultados das ações do indivíduo no ambiente profissional [acadêmico e social] estejam voltados para a justiça e o bem coletivo.” (PELLEGRINI; VITORINO, 2018,

p. 130). Assim, a informação também deve ser usada de forma ética, visando atender as necessidades da coletividade, e não em prol de determinada parcela social, fator este que tem sido muito forte nas ações de movimentos sociais, entre eles o movimento estudantil, evidenciando assim a presença das dimensões ética e política da competência em informação.

Também foi questionado quais estratégias eles têm utilizado para compartilhar as informações. De forma geral, os participantes mencionaram que usam as redes sociais para compartilhar informações, mas também fazem visitas às salas de aulas, reuniões semanais, colam cartazes em diferentes locais do câmpus universitário, entre outras práticas. Cabe ainda indicar a fala do participante A, quando comentou que a informação é muito relevante, mas que é necessário um cuidado para compartilhá-la com os colegas de curso, já que estas precisam ser verídicas e precisas. Evidencia-se que para Pellegrini e Vitorino (2018) os problemas éticos relacionados ao fenômeno da informação voltam-se para o uso e compartilhamento ético dessas informações. Desse modo, Brisola e Romeiro (2018, p. [3]) argumentam quanto à importância dos sujeitos analisarem as informações de maneira crítica, sendo que a pessoa com habilidades para tal atividade, unida às demais dimensões apresentadas neste texto, possa desenvolver “[...] uma resistência (política) baseada em uma leitura crítica [desta informação]”, assim como compartilhá-la com os demais, de forma que esta possa gerar as mudanças necessárias ao seu contexto.

A partir do exposto foi possível identificar a relevância da informação no contexto dos estudantes entrevistados. Os estudantes mencionaram que buscam suas informações majoritariamente na internet, infere-se que essa escolha relaciona-se com as condições de acesso ampliadas aos sujeitos na web. Compreende-se, no entanto, que bibliotecas e arquivos, assim como as informações produzidas e veiculadas internas à instituição foram brevemente mencionadas por apenas um entrevistado, o que indica um leque reduzido de possibilidades informacionais por parte da amostra de sujeitos estudada.

Evidencia-se também acerca da compreensão dos entrevistados sobre a relevância de aspectos éticos e políticos como pano de fundo da produção e disseminação de informações. Indica-se ainda o uso de estratégias reflexivas, por parte dos representantes estudantis, para identificação de aspectos relacionados à seleção, avaliação e compartilhamento da informação, tal como, a preocupação no compartilhamento e uso de

informações que possam causar danos às comunidades, minorias sociais ou ao meio ambiente.

Sobre o teor ético e político da informação, os estudantes se mostraram bastante preocupados com a questão política, principalmente criando estratégias para avaliar a informação em seu contexto de criação, seu público alvo e demais fatores, que acabam sendo também critérios que contribuem para a seleção das fontes de informação utilizadas e compartilhadas. Os resultados apresentados permitem compreender que as dimensões ética e política entremeiam o processo informacional dos estudantes entrevistados, porém não é possível prever como esses fatores se desenvolvem em outras frações do movimento estudantil.

6 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como considerações iniciais, é válido mencionar que a amostra reduzida deste estudo não permite generalizar os resultados identificados, mas a pesquisa representa um mapeamento inicial das habilidades apresentadas por representantes estudantis. Compreende-se a partir disso que as habilidades informacionais em âmbito estudantil, seja ele secundarista ou universitário, é essencial para o desenvolvimento de suas ações e lutas educacionais e sociais. Acrescenta-se a isso o fato da competência em informação, sob uma perspectiva crítica e reflexiva, ser fator relevante na apropriação e uso de informações no âmbito de movimentos sociais em um ambiente político cada vez mais influenciado e moldado por questões informacionais.

Dessa forma, este trabalho, ainda que de forma incipiente, visa promover o debate no âmbito da competência em informação que relaciona-se à busca, seleção, apropriação e uso das informações em contextos sociais e não tradicionais, de maneira a contribuir para a formação de habilidades informacionais voltadas à cidadania e a atuação política e social. Destaca-se a importância da continuidade do estudo, visando aprofundar e ampliar as discussões aqui apresentadas. Entretanto, de maneira inicial é possível refletir sobre a relevância das dimensões ética e política da competência em informação no âmbito de atuação dos centros acadêmicos. Sendo que tais dimensões podem ser aplicadas no processo de desenvolvimento informacional da classe estudantil, de suas pautas sociais e de sua formação crítica e cidadã.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLAGE AND RESEARCH LIBRARIES – ACRL. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BELLUZZO, R. C. B. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 30-50, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/772>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BELLUZZO, R. C. L. B.; SANTOS, C. A. J.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BORGES, J.; SILVA, H. P. Democracia eletrônica e competência informacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 16, n. 1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/448>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BORGES, L. C.; OLINTO, G. Competência em informação como categoria de análise ético-política da desigualdade social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Unesp, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 15 de junho de 2016a**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7395.htm. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016b**. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1494234. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Online First, São Paulo, v. 14, n. 3, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CAPURRO, R. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In: FREIRE, G. H. de A. (Org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 11-51 Disponível em: <http://ru.ffyl.unam.mx:8080/bitstream/10391/1328/1/teaching%20information%20ethics.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CUEVAS-CERVERO, A.; MARQUES, M.; PAIXÃO, P. B. S. A alfabetização que necessitamos: informação e comunicação para a cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 35-48, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16619>. Acesso em: 13 abr. 2021.

DE LUCCA, D. M. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação do idoso sob o foco da dimensão política**. 2019. 423 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DOYLE, A. **Competência crítica em informação nas escolas ocupadas do rio de janeiro**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, 2017.

DUDZIAK, E. A. Em busca da pedagogia da emancipação na educação para a competência em informação sustentável. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 166-183, 2011. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1925>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FERRARO, K. P. **Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia na universidade**. 204 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, 2011.

FLETCHER, A.; VARVUS, J. Guide to Social Change Led By and With Young People. **Digital Comuns@UNO**, Omaha, paper 4, 2006. Disponível em: <http://digitalcommons.unomaha.edu/slceguides/4>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **Atoz**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315/25246>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, não paginado, 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Perspectivas em ética da informação: acerca das premissas, das questões normativas e dos contextos da reflexão. In: FREIRE, G.H.de A. (Org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 147-163.

MARTELETO, R. M. Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2001. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/184>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MARTINS, S. A. O fazer político dos jovens das classes populares: as ocupações estudantis paranaenses. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 143-167, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v20i43.4002>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 66, p. 117-149, 2003.

Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

OLIVEIRA, M. L. P. de; SOUZA, E. D. de. A competência crítica em informação no contexto das fake news: os desafios do sujeito informacional no ciberespaço. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Uel, 2018.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V. A dimensão ética da competência em informação sob a perspectiva da Filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 23, n. 2, p. 117-133, 2018.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 1, 2018.

SCHNEIDER, M. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; PIMENTA, R. M.; SALDANHA, G. S. (org.). **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

SPUDEIT, D.; ROMEIRO, N. L.; SOUZA, C. S.; ROSA, V. S.; FREITAS, A. A. Criação, implantação e avaliação de um programa de competência em informação em alunos do ensino fundamental. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, edição CBBD 2017, p. 885-906, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1001>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SUCUPIRA, T.; GARCÍA DELGADO, F. Reflexões metodológicas sobre a historiografia do movimento estudantil. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 14, maio/ago., 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2750/2495> Acesso em: 12 abr. 2021.

TOLEDO, P. T. da C. **Contra-hegemonia e mídias sociais: um estudo de caso da campanha "Primavera Carioca"**. 2015. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) - Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2015.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE. **Dicionário do movimento estudantil**, 2018. [web site]. Disponível em: <http://www.une.org.br/letra/c/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência em informação: bases históricas e conceituais, construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p. 99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652011000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 abr. 2021.